

HOSPITAL ANCHIETA S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021**

HOSPITAL ANCHIETA S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas do
Hospital Anchieta S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Hospital Anchieta S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Hospital Anchieta S.A.** em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de vendas com cliente

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 2.18 e 17, a Companhia registrou o valor de R\$ 369 milhões como receita de vendas a clientes de serviços médicos e hospitalares, incluindo medicamentos e materiais fornecidos, tanto a clientes particulares como de convênios, desde o momento de admissão do paciente até o momento da alta (em que novos serviços não são mais necessários).

Para a determinação dos valores dessas receitas, a Companhia considera o valor justo da contraprestação recebida por parte do cliente, a partir da satisfação da obrigação de performance, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos correspondentes, glosas e encargos estimados, incluindo as receitas de contrato ainda não faturadas, segregados entre os dois tipos de clientes.

Considerando que a mensuração dessa receita está amparada em estimativas desses valores justos, líquidos de eventuais glosas de parte desses serviços mensurados, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o entendimento do ambiente de controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração do valor justo dessas receitas, incluindo a estimativa das receitas não faturadas, bem como de eventuais glosas a serem consideradas em parcela desses serviços definidos; recebimento e teste de integridade dos arquivos operacionais que contemplam as volumetrias de serviços prestados; a análise das glosas mensuradas pelos resultados históricos auferidos; entendimento e avaliação do processo de emissão das faturas aos convênios; testes, em bases amostrais, de existência das faturas emitidas, de liquidação financeira, do período de competência alocado; bem como a avaliação das divulgações em notas explicativas às demonstrações contábeis.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as evidências do processo de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas de vendas com clientes são apropriadas e suficientes no contexto das demonstrações contábeis da Companhia.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 / CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 30 de março de 2022.

APRESENTAÇÃO

A Administração da (“Hospital Anchieta” ou “Companhia”), anteriormente denominado “Hospital Anchieta Ltda.”, divulga, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2021, preparadas de acordo com os padrões e práticas contábeis oriundos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aplicáveis às sociedades de forma geral e em conformidade com as normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O Hospital Anchieta S.A. (“Hospital Anchieta” ou “Companhia”), anteriormente denominado “Hospital Anchieta Ltda.”, é uma sociedade anônima por ações e tem como objetivo suprir as demandas de saúde da comunidade e também da região Centro-Oeste.

Inaugurado em 1995, o Hospital Anchieta é considerado um dos maiores e mais reconhecidos hospitais do Distrito Federal e região. A Instituição alia sua *expertise* assistencial, tecnológica e de gestão da qualidade ao constante desenvolvimento e crescimento dos serviços para promover saúde, bem-estar e cuidado seguro aos pacientes. Nos últimos anos, expandiu sua atuação no segmento proporcionando, além da assistência de hospital geral, com Pronto-Socorro, Internação, Unidades de Terapia Intensiva e Centro Cirúrgico, um atendimento integrado com serviços ambulatoriais para o cuidado com a saúde da mulher e de pacientes neurológicos e oncológicos, assinados como Hospital da Mulher Anchieta, Neuro Anchieta e Hospital do Câncer Anchieta, como também ampliou seu parque tecnológico para oferecer exames de imagem por meio do Anchieta Diagnósticos.

Nessa jornada, o ano de 2021 foi transformacional. Em maio de 2021, o Hospital Anchieta foi adquirido pela Kora Saúde Participações S.A.. A união foi pautada pelo alinhamento no propósito de mudar o mundo da saúde, oferecendo medicina de excelência a um valor justo e, assim, o Hospital Anchieta se torna integrante da rede privada de assistência médica que mais cresce no Brasil, resultado de uma medicina moderna e de um sistema de saúde que cuida das pessoas por toda a vida, entregando avanço tecnológico, qualidade hospitalar e resolutividade.

Já em 2021 a Companhia acelerou sua expansão, capturando de forma estratégica as oportunidades existentes. Esse crescimento acelerado e sustentável é possibilitado pelo conhecimento proprietário e modelo replicável desenvolvido pela Kora Saúde.

O sucesso do Hospital Anchieta é reflexo do empenho e determinação de cada profissional. Agradecemos a todos os nossos colaboradores pela dedicação contínua e aos nossos stakeholders pela confiança e parceria ao longo de 2021. Ressaltamos nosso agradecimento aos profissionais da saúde que trabalharam na linha de frente e que são grandes exemplos para que toda a sociedade possa também fazer o melhor pelo outro, todos os dias.

Obrigado a todos!

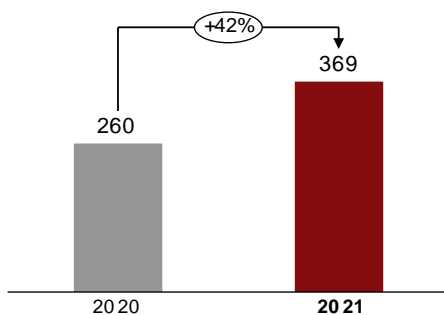
CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2021 foi período ainda marcado pelos efeitos da Covid-19, que impactou a economia Brasileira e global. No início do ano, com a segunda onda da pandemia, as novas restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos segmentos, assim como na renda das famílias e nível de empregos formais. Esses fatores, aliados à crise energética, alta das commodities e câmbio desvalorizado, implicaram aumento relevante de inflação no país, seguido por maiores juros e efeitos na agenda fiscal.

PERFORMANCE OPERACIONAL

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA



Em 2021, a receita líquida totalizou R\$369 milhões, representando um recorde de faturamento anual, com crescimento de 42% quando comparado à 2020. Ao longo de 2021, o crescimento da receita líquida foi positivamente impactado por: (i) crescimento orgânico de leitos; (ii) ampliação da parceria com as fontes pagadoras; (iii) aumento da receita de serviços apoio diagnóstico e terapêutico (SADT), através da crescente performance de análises clínicas e radiologia.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Em 2021, os custos dos serviços prestados totalizaram R\$286,4 milhões, representando 77,7% da receita líquida e crescimento de 106% em relação à 2020. O crescimento total dos custos esteve em linha com o crescimento da receita líquida em 2021.

R\$ milhares	2021	2020	Δ%
Receita Líquida	368.539	260.017	142%
Pessoal	- 65.665	- 59.376	111%
Materiais e Medicamentos	- 71.269	- 42.799	167%
Serviços de terceiros	- 99.778	- 54.752	182%
Utilidades e serviços	- 15.037	- 21.757	69%
Aluguéis	- 7.709	- 7.672	100%
Depreciações e amortizações	- 13.334	- 13.613	98%
Outros	- 13.562	- 2.926	463%
Custos e despesas	- 286.354	- 202.895	106%
% da Receita Líquida	-77,7%	-78,0%	0,3 p.p.

EBITDA

Em 2021, o EBITDA da Companhia totalizou R\$95,5 milhões, crescimento de 135% em relação a 2020. A margem EBITDA totalizou 25,9% em 2021, redução de 1,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior em função de custos e despesas não recorrentes. O recorde de EBITDA é resultado da expansão de nossas operações, associado à manutenção de custos e despesas sob controle.

R\$ milhares	2021	2020	Δ%
Lucro líquido	45.837	26.174	175%
Resultado financeiro	7.731	7.869	98%
Imposto de renda e contribuição social	28.617	23.079	124%
Depreciação e amortização	13.334	13.613	98%
EBITDA	95.519	70.735	135%
Margem EBITDA	25,9%	27,2%	-1,3 p.p.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2021, o lucro líquido ajustado totalizou R\$45,8 milhões, crescimento de 175% em relação ao mesmo período do ano anterior e margem líquida atingiu 12,4% da receita líquida, e expansão de 2,4 p.p. em relação à 2020, mesmo diante do crescimento em itens não recorrentes, demonstrando a resiliência e rentabilidade dos negócios.

ENDIVIDAMENTO

Ao final de 2021, a Companhia não possuía empréstimos bancários e/ou debêntures. Ao final do exercício, o Caixa totalizou R\$28,8 milhões.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

De acordo com a instrução CVM 381/2003, informa-se que a Companhia não contratou e nem teve nenhum serviço adicional prestado, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes que não estivesse diretamente relacionado aos trabalhos de auditoria. A política de contratação de auditores independentes adotada pela Companhia preserva os princípios de governança, que resguarda a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os Auditores Independentes da Companhia não foram contratados para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Hospital Anchieta S.A.Balanças patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	28.802	7.955
Contas a receber de clientes	6	119.817	88.335
Partes Relacionadas	7	2.672	600
Estoques	8	7.529	4.700
Creditos tributários		1.479	913
Adiantamentos	9	1.674	2.861
Outros ativos		148	15
Total do ativo circulante		162.121	105.379
Não circulante			
Partes Relacionadas	7	31.595	-
Depósitos Judiciais		-	144
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	12.855	-
Outros ativos financeiros		1.178	1.589
Direito de uso	10	61.872	66.132
Imobilizado	11	40.609	42.776
Intangível	12	369	1.149
Total do ativo não circulante		148.478	111.790
Total do ativo		310.599	217.169

Hospital Anchieta S.A.Balanças patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Circulante			
Fornecedores	13	19.240	15.760
Partes relacionadas	7	-	12.864
Obrigações trabalhistas	13.b	11.387	8.736
Obrigações tributárias	13.c	28.522	8.033
Passivos de arrendamento	10	22.413	2.049
Dividendos a pagar	16.c	10.886	4.981
Outras obrigações	13	2.133	991
Total do passivo circulante		94.581	53.414
Não circulante			
Partes Relacionadas	7	18.675	47.882
Passivos de arrendamento	10	57.263	69.488
Provisões para contingências	14	1.799	646
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	11.529	7.197
Outras obrigações	13	2.417	2.209
Total do passivo não circulante		91.683	127.422
Total do passivo		186.264	180.836
Patrimônio líquido			
Capital social	16	55.270	5.930
Reserva de lucros	16	69.065	30.403
Total do patrimônio líquido		124.335	36.333
Total do passivo e patrimônio líquido		310.599	217.169

Hospital Anchieta S.A.Demonstração do resultado para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	<u>Notas</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Receita líquida	17	368.539	260.017
Custos dos serviços prestados	18	<u>(201.917)</u>	<u>(140.236)</u>
Lucro bruto		<u>166.622</u>	<u>119.781</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(73.686)	(67.966)
Outras receitas (despesas)	18	<u>(10.751)</u>	<u>5.307</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		<u>82.185</u>	<u>57.122</u>
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	19	1.896	1.041
Despesas financeiras	19	<u>(9.627)</u>	<u>(8.910)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(7.731)</u>	<u>(7.869)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>74.454</u>	<u>49.253</u>
Imposto de renda e contribuição social	20	<u>(28.617)</u>	<u>(23.079)</u>
Lucro do exercício		<u>45.837</u>	<u>26.174</u>
Lucro (prejuízo) por ação (expresso em R\$ por ação)			
Básico e Diluído		0,8974	4,4138

Hospital Anchieta S.A.Demonstração do resultado abrangente
findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Lucro líquido do exercício	<u>45.837</u>	<u>26.174</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>45.837</u>	<u>26.174</u>

Hospital Anchieta S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Lucros/ Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Em 1º de janeiro de 2020	5.930	-	4.229	-	10.159
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	-	-	-	26.174	26.174
Reserva de lucros	-	-	26.174	(26.174)	-
Em 31 de dezembro de 2020	5.930	-	30.403	-	36.333
Em 1º de janeiro de 2021	5.930	-	30.403	-	36.333
Aumento de capital	49.340	-	-	-	49.340
Lucro líquido do período	-	-	-	45.837	45.837
Ajuste a valor justo sobre combinação de negócios	-	-	3.711	-	3.711
Dividendos propostos	-	-	-	(10.886)	(10.886)
Reserva de lucros	-	2.292	32.659	(34.951)	-
Em 31 de dezembro de 2021	55.270	2.292	66.773	-	124.335

Hospital Anchieta S.A.
 Demonstração dos fluxos de caixa
 findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	45.837	26.174
Ajustes por:		
Provisões (reversões) de juros sobre empréstimos, financiamentos, arrendamentos e despesas bancárias	7.615	7.109
Provisões para contingências	1.153	(2.293)
Depreciação do ativo imobilizado e do direito de uso	12.599	6.464
Amortização do ativo intangível	735	7.149
Ajuste de combinação de Negócios	3.711	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9.887	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.523)	4.347
Variações de ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(41.502)	(32.548)
Impostos a recuperar	(566)	(70)
Adiantamentos	1.187	(2.281)
Estoques	(2.829)	(1.096)
Depósitos judiciais	144	-
Fornecedores e outras obrigações	48.214	3.400
Partes relacionadas	(76.430)	7.927
Outros ativos financeiros não circulantes	411	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) operações	1.643	26.468
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17.467)	(7.133)
Juros pagos	(1.758)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(17.582)	19.335
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisições de imobilizado e intangível	(11.277)	(15.344)
Baixas de imobilizado e intangível	8.360	2.186
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.917)	(15.344)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Dividendos pagos	(4.981)	(8.676)
Passivo de arrendamento – amortizações	(3.012)	(11.697)
Aumento de capital	49.340	-
Reserva de Lucros	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	41.347	(20.373)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	20.847	(16.382)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.955	24.337
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	28.802	7.955
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	20.847	(16.382)

Hospital Anchieta S.A.Demonstração do valor adicionado
findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receitas		
Receita bruta de serviços	394.881	279.137
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(9.887)	(4.577)
Outras receitas	-	2.583
	384.994	277.143
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais e medicamentos	(71.269)	(42.799)
Serviços de terceiros	(99.778)	(54.752)
Utilidades e serviços	(15.037)	(21.757)
Viagens e hospedagens	(70)	-
Outras despesas (receitas)	(6.932)	(2.234)
Valor adicionado bruto gerado pela Companhia	191.908	155.601
Valor adicionado bruto	191.908	155.601
Depreciação e amortização	(13.334)	(13.613)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	178.574	141.988
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.896	1.041
Valor total adicionado distribuído	180.470	143.029
Distribuição do valor adicionado		
Colaboradores	65.665	59.376
Remuneração direta	42.824	35.314
Benefícios	6.660	5.608
Encargos trabalhistas	15.676	14.361
Outras	505	4.093
Tributos	51.632	38.229
Federais	44.064	32.747
Estaduais	-	1
Municipais	7.568	5.481
Remuneração de capitais de terceiros	17.336	19.250
Juros	7.615	8.537
Aluguéis	-	2.668
Condomínios	7.709	7.672
Outras despesas financeiras	2.012	373
Remuneração de capitais próprios	45.837	26.174
Lucros retidos	45.837	26.174
Valor adicionado distribuído	180.470	143.029

1. Informações sobre a Companhia

O Hospital Anchieta S.A. (“Hospital Anchieta” ou “Companhia”), anteriormente denominado “Hospital Anchieta Ltda.”, é uma sociedade anônima por ações, domiciliada no Brasil e com sede na área especial 8/9/10, setor C Norte, Taguatinga, Brasília/DF, CEP 72115-700. Tendo como atividade principal o atendimento hospitalar em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências, serviços móveis de atendimento, atividade médica ambulatorial e outras atividades de atenção à saúde humana.

Em 14 de maio de 2021, a Companhia foi adquirida pelo grupo Kora Saúde, através da sua subsidiária DKP Anchieta Holding Saúde Ltda.

O Hospital Anchieta tem por objetivo suprir as demandas de saúde da comunidade e também da região Centro-Oeste. O fato de oferecer um amplo mix de serviços médico-hospitalares torna o espaço um centro de referência em saúde, composto pelo prédio do Centro Médico Hospitalar Anchieta e pelo Centro de Excelência, que abriga, além do Hospital (compreendendo Pronto-Socorro, Internação, UTI Adulto, UTI Neonatal e Pediátrica, Centro Cirúrgico e Laboratório), um condomínio ambulatorial constituído de mais de 130 (cento e trinta) clínicas e consultórios, abrangendo as mais diversas especialidades, além de heliporto, centro de convenções e serviços de conveniência - praça da alimentação, farmácia, bancos, entre outros.

Dentre as especialidades atendidas estão: Angiologia, Cardiologia, Cirurgia Geral, Dermatologia, Endocrinologia, Fisioterapia, Gastrenterologia, Geriatria, Ginecologia/Obstetrícia, Hemodinâmica/Cirurgia Cardíaca, Laboratório de análises anatomopatológicas, Laboratório de análises clínicas, Medicina do sono, Medicina Nuclear, Nefrologia, Neurologia/Neurocirurgia, Odontologia, Oftalmologia, Oncologia/Hematologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Radiologia, Radioterapia, Reumatologia e Urologia.

Impactos nas informações relacionadas a Pandemia de Coronavírus (COVID-19)

A Companhia instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, a Companhia vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas informações trimestrais. Adicionalmente, no sentido de preservar os colaboradores da Companhia a Administração elaborou e está aplicando as ações listadas a seguir:

- Suspensão de viagens internacionais e nacionais dos colaboradores;
- Substituição de reuniões presenciais por videoconferências, áudio conferências ou ligações telefônicas;
- Afastamento por quatorze dias de colaboradores que tenham sintomas e que tiveram contato com casos confirmados ou suspeitos (isolamento social);
- Afastamento por sete dias dos colaboradores oriundos de qualquer país a contar da data de saída do exterior (isolamento social);
- Reclusão de quatorze dias em casos de viagens internacionais;
- Orientações periódicas aos colaboradores sobre formas de prevenção da doença.

Análise de Impairment sobre os ativos e riscos de continuidade operacional

No ano de 2021, após análise interna, não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Companhia não é altamente alavancada e ainda possui linhas de crédito disponíveis para serem utilizadas em caso de redução significativa do volume de caixa.

A Companhia também implementou uma série de ações para manutenção operacional e a gestão do caixa. Dentre as ações tomadas, figuram como as principais:

- Revisão dos contratos de aluguéis e prestadores de serviços;
- Adoção da MP nº 936/2020 convertida em Lei 14.020/2020 (Programa emergencial de manutenção do emprego e da renda);

- Renegociação dos prazos de pagamentos junto aos fornecedores; e
- Revisão do plano de investimentos.

Apesar do cenário extremamente desafiador e instável no país durante o ano de 2021, o desempenho de prestação e serviço da Companhia está em linha com as projeções revisadas pós-COVID-19.

A Administração avalia que a posição do seu ativo de curto prazo em 31 de dezembro de 2021 é suficiente para atender seus compromissos já contratados.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com as normas e pronunciamentos do International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2022.

Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS's não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões, qual seja a Administração da Companhia, para alocação de recursos aos segmentos, para a avaliação do seu desempenho e, inclusive, na tomada de decisões estratégicas. Sendo assim, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento hospitalar, não sendo necessária a aplicação das divulgações requeridas pelo pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por segmento.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

Os depósitos bancários correspondem aos saldos mantidos em aplicações de curto prazo na data base das demonstrações financeiras. As aplicações financeiras possuem remuneração entre 100% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, resgatáveis em prazos inferiores a 90 dias e com mudança insignificante de valor.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para perda de créditos esperada está apresentada como redução do saldo de contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização destes saldos, considerando o risco individual das carteiras. As glosas quando ocorrem são baixadas do saldo de conta a receber e deduzidos da receita.

2.6 Perda de recuperabilidade sobre créditos

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.7 Estoques

Os estoques são compostos por medicamentos e materiais hospitalares e estão demonstrados ao custo médio de aquisição não excedendo ao valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve provisão de obsolescência e/ou perda reconhecida, dado que a Companhia verifica os lotes de vencimentos no prazo de 30 a 60 dias, o que evita a necessidade da provisão.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear com base em taxas que levam em consideração as vidas úteis estimadas dos bens. Gastos com reparos e manutenção que não aumentaram a vida útil do ativo são reconhecidos como despesa quando incorridos.

A depreciação dos ativos imobilizado considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil econômica dos bens.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Em anos
Imóveis e benfeitorias	15 a 25
Arrendamento mercantile (CPC 060R2) - Imóveis	15
Informática	10
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 25
Móveis e utensílios	10 a 15
Veículos	10
Produtos de saúde	10

2.9 Intangível

(a) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios e capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

Grupo do ativo intangível	Em anos
Software	3

2.10 Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por período de tempo em troca de contraprestação.

Direito de uso de arrendamento

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 (doze) meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Prazo de arrendamento

A Companhia analisou para todos os contratos o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

Taxa de desconto

A Companhia determina sua taxa incremental sobre arrendamentos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa é determinada de acordo com as características (e prazos) dos contratos demonstrada vide nota 10.

A Companhia utilizou a taxa de juros incremental para descontar a valor presente o fluxo real de pagamentos. Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento do período, vide nota 10.

2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Esses *estão* relacionados a provisões de crédito de liquidação duvidosa, provisões de processos com classificação de perda provável, prejuízo fiscal, ágio por expectativa de rentabilidade futura e outras provisões que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente.

Enquanto os passivos de impostos diferidos estão relacionados à receita diferida que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.12 Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

2.14 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.15 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação no exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro líquido ou (prejuízo) do exercício e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

2.16 Instrumentos financeiros

O CPC 48 propõe que todos os ativos e passivos financeiros sejam avaliados a valor justo no momento inicial do contrato. Entretanto, os recebíveis sem elementos significativos de financiamento permanecem pelo valor de custo amortizado, sujeitos ao teste de *impairment*.

Ativos financeiros

(a) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

(b) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

(c) Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

- Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

2.17 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

(a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de coligadas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(b) Testes do Ágio para verificação de *impairment*

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa descontado, antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas pela Administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor de hospitais no qual a UGC atua.

Para cada UGC com valor relevante de ágio, as premissas-chave, a taxa de crescimento de longo prazo e a taxa de desconto utilizadas nos cálculos do valor em uso são como demonstrados vide nota 12.

A Administração através de seus consultores independentes, realizou análise de *impairment* dos ágios (periodicidade anual), mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não foi identificada a necessidade de registrar qualquer provisão de perda, dessa forma conclui-se que para o exercício de 2021 não há indícios de *impairment*.

2.18 Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, dos abatimentos, dos descontos e glosas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Componentes de financiamento

A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

2.19 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

As novas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma), não tiveram impacto nestas demonstrações financeiras.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado;
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado; e
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Hospital Anchieta. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros, se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o comitê de pronunciamentos contábeis (“CPC”) estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022.

Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021, no entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático, quando aplicável, dentro do período da norma.

Nenhuma das alterações acima indicadas teve impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.20 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes**Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante**

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de Postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de ‘estimativa contábeis’. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

O Hospital Anchieta está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

3. Gestão de risco financeiro**3.1. Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, como: risco de crédito e risco de mercado. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração da Kora Saúde. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. A Companhia não avalia e não faz uso de instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia decorre de depósitos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência no contas a receber em aberto superior ao valor já provisionado.

(a.1) Contas a receber de clientes e ativos de contratos

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos (contas a receber de clientes a faturar).

As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de serviços durante um período antes de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período.

As taxas utilizadas são de perdas históricas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes são apresentadas na demonstração do resultado.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

(c) Risco de Mercado**(c.1) Análise de sensibilidade de taxa de juros**

Conforme disposto no CPC 40 / IFRS 7 que aborda sobre os Instrumentos Financeiros de Evidenciação, a Companhia deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento de cada exercício e/ou período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros

As aplicações financeiras de liquidez imediata estão concentradas em investimentos de renda fixa atreladas à variação do CDI.

Passivos financeiros (exposição por tipo de risco)

Para cálculo da análise de sensibilidade a projeção anual das variáveis de risco foi feita com base na projeção de taxa de mercado, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório FOCUS. Nos cenários II e III foram sensibilizadas as respectivas variáveis de risco em 25% e 50%.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade da administração da Companhia e o efeito caixa das operações em aberto em 31 de dezembro de 2021, assim como os valores dos indexadores utilizados nas projeções.

Taxas	Cenário I Atual	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a.a.)	6,25%	7,81%	9,37%
IPCA (a.a.)	10,25%	12,81%	15,38%
Caixa e Equivalente de Caixa	25.343	27.322	27.718

(c.2) Determinação do valor justo

A administração considera que ativos e passivos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo.

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia são apurados conforme descrito abaixo.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Hospital Anchieta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***Ativos financeiros**

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Caixa e equivalentes de caixa	28.802	7.955
Contas a receber de clientes	119.817	88.335
Partes Relacionadas	34.267	600
	182.886	96.890

Passivos financeiros

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fornecedores	19.240	15.760
Partes Relacionadas	18.675	60.747
	37.915	76.506

Passivos ao valor justo por meio do resultado

Passivos de arrendamento	79.676	71.537
	79.676	71.537
	117.591	148.043

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui instrumentos financeiros de nível 1, 2 e 3 e passivos financeiros mensurados ao valor justo, exceto pelo caixa e equivalentes de caixa, classificado em nível 2.

3.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Atualmente, a Companhia não possui empréstimos e financiamentos ou debêntures com instituições financeiras portanto o índice de endividamento líquido é nulo e o patrimônio líquido da Companhia é destinado a quitar as obrigações de longo prazo e outros investimentos que tragam benefício econômico ao Hospital Anchieta.

4. Julgamento, estimativa e premissas contábeis significativas**4.1. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis****(a) Reconhecimento de receita**

A política adotada para o reconhecimento da receita são os critérios dispostos no CPC 47 – Contratos com clientes e IFRS 15, que consiste na entidade reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

O hospital Anchieta atua no ramo de prestação de serviços hospitalares. A receita é oriunda dessa prestação de serviços e seu reconhecimento é realizado com base nos serviços executados até a data finda do período contábil.

As obrigações de desempenho são medidas desde a admissão do paciente até o ponto em que não há mais serviços necessários, o momento da alta. Quando este procedimento utiliza mais de um período, é realizado a medida parcialmente pela competência.

As principais obrigações de desempenho e o respectivo reconhecimento são:

Obrigações de desempenho	Reconhecimento
Fornecimento de acomodação, refeições e profissionais de saúde	A receita é reconhecida ao longo do tempo em relação aos serviços prestados, na medida em que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Kora durante a permanência do paciente.
Procedimentos cirúrgicos	A receita é reconhecida ao longo do tempo, pois os serviços são executados de acordo com o uso.
Aplicação de medicamentos e uso de materiais hospitalares	A receita é reconhecida no momento em que o medicamento e/ou material hospitalar é dispensado ao cliente, ou seja, conforme o paciente consome o produto.
Serviço de Apoio à Diagnose e Terapia (SADT)	A receita é reconhecida no momento da realização do procedimento no paciente.

O preço da transação é determinado com base nas taxas fee-for-service (modelo de remuneração funcional e baseado no serviço executado) dos serviços prestados ou nos pacotes que reúnem um conjunto de serviços prestados (pacotes ou diária global).

Caso a taxa por serviços (fee-for-service) seja determinada como o preço de transação em contrato, configura que tudo o que for utilizado no atendimento hospitalar, incluindo materiais hospitalares, medicamentos e serviços, sendo utilizada no reconhecimento da receita e, conseqüentemente, faturada. Nesse formato, o preço é pago de acordo com cada procedimento, exame ou consulta realizada, além das internações, que incluem as acomodações do paciente e serviços médicos utilizados. Quando a modalidade do preço é determinada por pacotes, que envolvem serviços preestabelecidos e valores fixos, serão reconhecidos independentemente do paciente ter utilizado todos os serviços disponíveis em contrato.

Para os pacientes particulares é necessário a realização de um co-pagamento ou de um depósito adiantado, que é reconhecido como receita quando os bens ou serviços futuros são prestados. Além da receita operacional, a Companhia reconhece a receita oriunda dos rendimentos financeiros obtidos em aplicações de curto prazo, com base no princípio da competência.

Contraprestação variável

A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a CPC 47.

Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente. A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato ou calculada pela melhor estimativa do período.

4.2. Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas em relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período, estão contempladas a seguir:

(a) Perda (*impairment*) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada período;

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

No mínimo uma vez ao ano, a Companhia através de seus assessores técnicos, e independentes, avaliam a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferido. O teste consiste em avaliar a capacidade de aproveitamento do ativo diferido ao período de cinco anos, através da análise do fluxo de caixa projetado;

(c) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

O Hospital Anchieta utiliza a taxa incremental de juros (*Incremental Borrowing Rates - IBR*) de empréstimo do arrendatário como taxa de desconto para seus contratos de arrendamento, ou seja, para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo e garantia semelhantes, sendo os recursos necessários para obter o ativo com o valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção da IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

O Hospital Anchieta adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares;

(d) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso

No mínimo uma vez ao ano, o Hospital Anchieta testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, conforme apresentada vide nota 12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.

A Administração realizou análise de *impairment* dos ágios sobre os exercícios de 31 de dezembro de 2021 e 2020, mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não identificou indicativos de *impairment*. mediante a comparação dos saldos contábeis com os fluxos de caixa projetados e não identificou a necessidade de registrar qualquer provisão de perda;

(e) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada; e

(f) Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias trabalhistas.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Caixa e equivalentes de Caixa

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Bancos e caixa	3.459	5.404
Aplicações financeiras	25.343	2.551
	28.802	7.955

Os depósitos bancários correspondem aos saldos mantidos em aplicações de curto prazo na data base das demonstrações financeiras. As aplicações financeiras possuem remuneração entre 100% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, resgatáveis em prazos inferiores a 90 dias e com mudança insignificante de valor.

6. Contas a receber de clientes

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Contas a receber de clientes	145.004	116.299
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(25.187)	(27.964)
Contas a receber de clientes, líquidas	119.817	88.335

Hospital Anchieta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***(a) Movimentação da provisão para *impairment* de contas a receber:**

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo em 1º de janeiro 2021	(27.964)	(23.387)
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	(9.887)	(12.485)
Reversão de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	12.664	7.908
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(25.187)	(27.964)

(b) Aging de Contas a Receber

	A vencer	Mais de 30 dias em atraso	Mais de 60 dias em atraso	Mais de 120 dias em atraso	Total
31 de dezembro de 2020					
Valor contábil bruto					
Contas a receber de clientes	89.416	5.146	11.213	10.524	116.299
Provisão para perdas	(4.739)	(2.573)	(10.654)	(9.998)	(27.964)
31 de dezembro de 2021					
Valor contábil bruto					
Contas a receber de clientes	111.486	6.416	13.981	13.121	145.004
Provisão para perdas	(5.909)	(3.208)	(13.282)	(2.788)	(25.187)

O saldo do contas a receber na faixa de 120 dias está em discussão com as operadoras em decorrência deste evento a Companhia não efetua provisão para perda com clientes.

7. Partes relacionadas

As empresas apresentadas no quadro abaixo são consideradas partes relacionadas, uma vez que pertencem aos sócios da Companhia (Kora Saúde Participações).

Em 31 de dezembro 2021 e 2020 os saldos em aberto são apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2021					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Outras receitas operacionais	Outras despesas operacionais
Centro Diagnostico Anchieta LTDA	-	-	-	17.402	-	-
Centro Neurológico Anchieta LTDA	1.784	-	-	-	-	-
DKP Anchieta Holding Saúde LTDA (i)	-	31.595	-	-	-	-
Centro de Cancer Anchieta LTDA	112	-	-	22	-	-
Itapuã Participações	89	-	-	-	-	-
Enseada do Suá Participações	687	-	-	-	-	-
Kora Saúde Participações	-	-	-	1.250	-	-
Maternidade Santa Úrsula	-	-	-	1	-	-
Total	2.672	31.595	-	18.675	-	-

Hospital Anchieta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2020					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Outras receitas operacionais	Outras despesas operacionais
Centro Diagnostico Anchieta LTDA	565	-	12.842	10	-	(18)
Centro Neurológico Anchieta LTDA	24	-	-	-	-	-
DKP Anchieta Holding Saúde LTDA	10	-	-	47.872	-	(15)
Centro de Cancer Anchieta LTDA	1	-	22	-	-	-
Total	600	-	12.864	47.882	-	(34)

(a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2021, foram considerados como pessoal-chave da Administração os diretores estatutários. A remuneração paga foi de R\$ 283, (R\$ 150 – 31 de dezembro de 2020). Os benefícios de curto prazo incluem salários, férias, bônus, encargos sociais e benefícios indiretos como assistência médica, seguro de vida, entre outros.

(i) A Companhia para melhorar o capital de giro da sua controladora DKP Anchieta, realizou um mútuo no valor de R\$ 31.595 durante o ano de 2021.

8. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

A Companhia utiliza de seus estoques de insumos para aplicação em seus serviços de atendimento hospitalar. Os estoques, estão assim classificados e demonstrados como segue:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Material hospitalar	4.277	2.750
Medicamentos	2.724	1.669
Outros	528	281
	7.529	4.700

O efeito referente a movimentação de estoques reconhecido no resultado do período foi de R\$ 71.269 (R\$ 42.799 em 31 de dezembro de 2020) em "Custos dos Serviços Prestados".

9. Adiantamentos

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Adiantamento a fornecedores	146	1.840
Adiantamento a funcionários	1.528	1.006
Outros adiantamentos	-	15
	1.674	2.861

10. Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia arrenda imóveis, sendo que os contratos mais relevantes têm prazo de até 30 (trinta) anos. Adicionalmente, para esses contratos há a opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado, conforme índices contratuais.

Hospital Anchieta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os montantes registrados no direito de uso são amortizados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	<u>31 de Dezembro de 2021</u>	<u>31 de Dezembro de 2020</u>
Ativos de direito de uso		
Edificação	61.872	66.132
	<u>61.872</u>	<u>66.132</u>
Passivos de arrendamentos		
Circulante	22.413	2.049
Não circulante	57.263	69.488
	<u>79.676</u>	<u>71.537</u>

A Companhia possui arrendamento de imóveis, sendo que o contrato tem prazo de 11 (onze) anos.

Adicionalmente, para os contratos há a opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado, conforme índices contratuais.

Os montantes registrados no direito de uso são amortizados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento, a Companhia utilizou o prazo do contrato.

(a) Direito de Uso

Saldo em 1º de janeiro de 2020	<u>70.136</u>
Adições Amortização	(7.149)
Ajustes por Remensuração	3.145
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>66.132</u>
Adições Amortização	(7.470)
Ajuste de remensuração de arrendamentos variáveis baseados em índices ou taxas médias	3.210
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>61.872</u>

(b) Passivos de arrendamento

Na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconheceu passivos de arrendamento para os contratos vigentes e que anteriormente estavam classificados como arrendamento operacional segundo os princípios do CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e adotado pela Companhia.

A seguir é demonstrada os montantes registrados de passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Hospital Anchieta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo em 1º de janeiro de 2020	72.980
Juros incorridos	7.109
Pagamentos	(11.697)
Ajuste de remensuração de arrendamentos variáveis baseados em índices ou taxas médias	3.145
Saldo em 31 de dezembro de 2020	71.537
Juros incorridos	6.923
Juros pagos	(1.758)
Adição por novos contratos	-
Pagamentos de principal	(3.012)
Ajuste de remensuração de arrendamentos variáveis baseados em índices ou taxas médias	3.210
Ajuste de juros sobre parcelas do aluguel	2.777
Saldo em 31 de dezembro de 2021	79.676

(c) Maturidade das prestações

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	71.537
Até 1 ano	2.049
Entre 1 e 2 anos	5.806
Entre 2 e 3 anos	6.389
Mais de 3 anos	57.293
Saldo em 31 de dezembro de 2021	79.676
Até 1 ano	22.624
Entre 1 e 2 anos	13.455
Entre 2 e 3 anos	13.455
Mais de 3 anos	30.142

11. Imobilizado

	Terrenos e edificações	Obras em andamento	Veículos	Móveis, utensílios e equipamentos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	14.739	(6.073)	3	26.655	35.324
Saldo em 1º de janeiro de 2020					
Saldo inicial	14.739	(6.073)	3	26.655	35.324
Aquisições	235	13.831	-	1.278	15.344
Transferências	47	(7.373)	-	7.326	-
Alienações	-	(68)	-	(2.117)	(2.185)
Depreciação	(1.357)	-	(3)	(4.347)	(5.707)
Saldo contábil, líquido	13.664	317	-	28.795	42.776
Saldo em 31 de dezembro de 2020					
Custo	16.213	13.881	42	33.142	63.278
Depreciação acumulada	(2.549)	(13.564)	(42)	(4.347)	(20.502)
Saldo contábil, líquido	13.664	317	-	28.795	42.776
Saldo em 1º de janeiro de 2021					
Saldo inicial	13.664	317	-	28.795	42.776
Aquisições	-	2.981	-	8.296	11.277
Transferências	14.090	(15.110)	-	1.020	-
Alienações	-	(574)	-	(7.741)	(8.315)
Depreciação	(2.476)	-	-	(2.653)	(5.129)
Saldo contábil, líquido	25.278	(12.386)	-	27.717	40.609
Saldo em 31 de dezembro de 2021					
Custo	30.303	1.178	42	34.717	66.240
Depreciação acumulada	(5.025)	(13.564)	(42)	(7.000)	(25.631)
Saldo contábil, líquido	25.278	(12.386)	-	27.717	40.609

12. Intangível

	<u>Softwares</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2020	
Saldo inicial	1.907
Aquisições (iv)	-
Amortização	<u>(758)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>1.149</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	
Custo	3.848
Amortização acumulada	<u>(2.699)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>1.149</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	
Saldo inicial	1.149
Aquisições	-
Alienações	(45)
Amortização	<u>(735)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>369</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	
Custo	3.803
Amortização acumulada	<u>(3.434)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>369</u>

13. Fornecedores e outras obrigações

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Contas a pagar aos fornecedores (a) (i)	19.240	15.760
Encargos previdenciários e outros encargos trabalhistas (b)	11.387	8.736
Imposto de renda e contribuição a pagar (c)	24.417	5.661
Obrigações tributárias correntes (c)	4.105	2.372
Outras obrigações	<u>4.550</u>	<u>3.200</u>
Total	<u>63.699</u>	<u>35.729</u>
Passivo circulante	61.282	33.520
Passivo não circulante	<u>2.417</u>	<u>2.209</u>
Total	<u>63.699</u>	<u>35.729</u>

(i) A Companhia contém saldos com fornecedores no país, que fornecem substancialmente materiais, medicamentos e serviços hospitalares. As operações são efetuadas em condições normais de mercado, com prazos entre 30 e 60 dias.

(a) Contas a pagar à fornecedores e outras obrigações

Contas a pagar aos fornecedores e Outros	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Serviços	15.909	7.339
Produtos hospitalares	2.735	6.598
Almoxarifado	-	1.726
Diversos	596	97
Pensão judicial	-	3.050
Outras dívidas	4.551	150
	23.791	18.960

(b) Obrigações sociais e trabalhistas

As obrigações e provisões com pessoal estão assim constituídas:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Provisão de férias e encargos	5.390	5.336
Salários a Pagar	3.607	2.066
INSS a pagar	2.096	1.043
FGTS a pagar	251	261
Outras obrigações trabalhistas	43	30
Total	11.387	8.736

(c) Obrigações tributárias

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
IRPJ e CSLL a pagar (i)	24.417	5.661
PIS e COFINS a pagar	1.148	1.001
ISS a pagar	2.241	376
Retenções a recolher	716	995
Total	28.522	8.033

- (i) Em 2021 houve alteração na metodologia de recolhimento do Imposto de Renda e Contribuição Social, o recolhimento foi realizado por presunção sobre a receita bruta. Em 2020, a opção foi recolher mensalmente o valor do imposto real.

14. Provisões para contingências

A Companhia, no curso normal dos seus negócios, é parte em demandas judiciais e administrativas perante tribunais.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, quanto às ações trabalhistas e cíveis, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

Perdas prováveis, provisionadas no balanço

	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	1.547	850	542	2.939
Adições de novos processos	-	172	-	172
Reclassificação de Probabilidades de Perda	(1.504)	(379)	(542)	(2.425)
Pagamentos	(40)	-	-	(40)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	3	643	-	646
Adições de novos processos	293	860	-	1.153
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	296	1.503	-	1.799

(a) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Não é esperado nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados. Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Contingências cíveis (i)	10.192	10.072
Contingências trabalhistas	8.205	-
Contingências tributárias	687	687
	19.084	10.759

(i) Os processos de natureza cível estão relacionados a ações movidas por pacientes e familiares diretamente relacionadas às atividades médicas, comuns ao setor hospitalar.

15. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ativos de impostos diferidos estão relacionados a provisões de crédito de liquidação duvidosa, provisões de processos com classificação de perda provável e outras provisões que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativo de imposto diferido		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8.563	-
Provisão (reversão) para contingências	612	-
Provisão para repasses médicos	1.813	-
Demais diferenças temporárias	1.867	-
	12.855	-

Os passivos de impostos diferidos estão relacionados a receita diferida que são diferenças temporais para cálculo do imposto corrente.

Hospital Anchieta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição do imposto diferido é como segue:

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Passivo de imposto diferido		
Receitas diferidas	11.529	19.137
Provisões	-	(9.956)
Contraprestação de Arrendamento	-	3.886
OPME	-	(733)
Juros e depreciações de arrendamento	-	(5.137)
	<u>11.529</u>	<u>7.197</u>

A expectativa de compensação do ativo de imposto diferido é como segue:

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Ativo de imposto diferido		
Menos de um ano	3.680	-
Entre um e dois anos	9.175	-
	<u>12.855</u>	<u>-</u>

16. Patrimônio Líquido**(a) Capital social**

Em milhares de ações	<u>Ações ordinárias</u>		
	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>	
Em 1º de janeiro	5.930	5.930	
Emitidas	49.340	-	
Emitidas e totalmente integralizadas	<u>55.270</u>	<u>5.930</u>	
	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>	<u>% Participação</u>
DKP Saúde (anteriormente denominada DKP Participações LTDA.)	55.270	5.929	100,00%
Outros acionistas - Pessoas físicas	-	1	0,00%
	<u>55.270</u>	<u>5.930</u>	<u>100%</u>

Aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R\$ 55.270 (cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta) representado por 55.270.282 ações de capital no valor unitário de R\$1 (um real) cada.

Em 31 de janeiro de 2021, conforme deliberação em reunião de sócios foi o aumento de capital no montante de R\$ 49.340, ações com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado, através da apropriação das obrigações com partes relacionadas de R\$ 44.359 e dividendos devidos a quotistas de R\$ 4.981.

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(c) Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, foi calculada nos termos da Lei nº 6.404/76, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações, sendo o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, após a destinação da reserva legal.

Movimentação dos dividendos a pagar

	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	45.837
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(2.292)</u>
Base de cálculo dos dividendos	43.545
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(10.886)
Dividendo adicional proposto a pagar	<u>-</u>
Total de dividendos	<u>(10.886)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	<u>24%</u>

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo a pagar em 1º de janeiro	-	-
Lucro do exercício	45.837	26.174
Destinação de dividendos mínimos obrigatório	-	-
Transferência para reserva legal	(2.292)	-
Transferência para reserva de lucros	<u>(32.659)</u>	<u>(26.174)</u>
Saldo a pagar em 31 de dezembro	<u>10.886</u>	<u>-</u>

(d) Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta por retenção de lucros, prejuízos acumulados, quando aplicável, e outros resultados abrangentes.

(e) Resultado por ação**Resultado básico**

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Resultado básico e diluído por ação		
Lucro atribuível aos acionistas	<u>45.837</u>	<u>26.174</u>
Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada	<u>51.079</u>	<u>5.930</u>
Resultado básico e diluído por ações – Em reais	<u>0,8974</u>	<u>4,4138</u>

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

Resultado diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui categorias de ações preferenciais com potencial conversão em ordinárias que poderiam gerar efeitos dilutivos.

17. Receita líquida de contratos com clientes

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receita Particular	9.329	8.087
Receita de Convênios	385.552	271.050
Impostos sobre vendas	(23.015)	(15.150)
Glosas acatadas	(3.327)	(3.970)
	368.539	260.017

18. Custo e despesas por natureza

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Pessoal	(65.665)	(59.376)
Serviços de terceiros	(99.778)	(54.752)
Materiais e Medicamentos	(71.269)	(42.799)
Utilidades e serviços	(15.037)	(21.757)
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(9.887)	(4.577)
Despesa com aluguel e condomínio	(7.709)	(7.672)
Depreciação (Direito de uso)	(7.470)	(7.149)
Depreciação e amortização	(5.864)	(6.464)
Provisão para demandas judiciais	(1.153)	2.293
Outras despesas	(2.522)	(557)
	(286.424)	(202.895)
Custo dos serviços prestados	(201.917)	(140.236)
Gerais e administrativas	(73.686)	(67.966)
Outras receitas (despesas), líquidas	(10.751)	5.307
	(286.354)	(202.895)

19. Receitas e Despesas financeiras

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receita financeira		
Rendimentos de aplicações financeiras	949	330
Descontos obtidos	946	707
Outras receitas financeiras	1	4
Total da receita financeira	1.896	1.041
Despesa financeira		
Despesas bancárias	(692)	(1.428)
Passivo de arrendamento	(6.923)	(7.109)
Outras despesas financeiras	(2.012)	(373)
Total da despesa financeira	(9.627)	(8.910)
Resultado financeiro, líquido	(7.731)	(7.869)

A receita de juros é apresentada como receita financeira quando é obtida de ativos financeiros mantidos para fins de gestão de caixa.

20. Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto sobre o lucro da Companhia difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, devido a adições e exclusões fiscais aplicáveis aos lucros das entidades, como segue:

Hospital Anchieta S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	74.454	49.253
Alíquota nominal combinada dos tributos	34%	34%
Imposto utilizando a alíquota vigente	25.290	16.746
Adições (exclusões) permanentes	3.327	6.333
(+) Aluguel De Imóveis (IFRS 16)	-	-
(+) Res. Equiv. Patrimonial	32	-
(-) Depreciação Leasing	3.162	-
(-) Despesas Não Dedutíveis	166	6.277
(+) Outras (Receitas) Despesas Permanentes	(33)	56
Encargo fiscal	28.617	23.079
Alíquota efetiva - %	38%	47%

21. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2021, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, constantes nas apólices de seguros:

<u>Seguradora</u>	<u>Categoria</u>	<u>Valor assegurado</u>	<u>Vigência</u>
Zurich Seguros	Seguro Automotivo	2.034	31/08/2021 a 31/08/2022
Chubb Seguros Brasil S.A.	Seguro Patrimonial	55.790	16/12/2021 a 16/12/2022

22. Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2022, a Itapuã Participações Ltda., controlada da Companhia, concluiu a aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da Serviços Hospitalares Yuge S.A. ("Hospital São Francisco"), localizado em Ceilândia, Distrito Federal. A Companhia assumiu a obrigação de pagar aos vendedores o preço de aquisição de R\$330.000.000,00 (trezentos e trinta milhões de reais).

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizado em 31 de janeiro de 2022, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação das empresas

- Incorporação reversa da Enseado do Sua Participações S.A. pelo Hospital Anchieta S.A.
- Incorporação reversa da DKP Anchieta Holding Saúde Ltda. pelo Hospital Anchieta S.A.
- Incorporação do Centro de Câncer Anchieta Ltda. pela Hospital Anchieta S.A.
- Incorporação do Centro de Neurológico Anchieta Ltda pelo Hospital Anchieta S.A.

O Laudo de avaliação do patrimônio líquido das empresas incorporadas foram emitidos por empresa independente. A incorporação ocorreu em 31 de janeiro de 2022 com data base 30 de novembro de 2021.

Em 11 de março de 2022, a Itapuã Participações Ltda., controlada da Companhia, celebrou contrato de compra e venda para a aquisição direta de 100% (cem por cento) das quotas representativas do capital social do Instituto de Radioterapia de Taguatinga Ltda., clínica especializada em radioterapia oncológica que está localizada no mesmo complexo da Companhia, em Taguatinga, Distrito Federal, pelo preço de aquisição de R\$16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais). O fechamento da operação está sujeito ao cumprimento de certas condições precedentes usuais para operações da mesma natureza.